

OBRAS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE COIMBRA AS CONTAS DE 1945



A 22 de junho de 2013, a UNESCO reconheceu o inquestionável valor universal da Universidade de Coimbra, classificando o conjunto Universidade de Coimbra – Alta e Sofia como Património da Humanidade.¹

Quando em 1537 a universidade se estabeleceu definitivamente em Coimbra, ficou instalada no antigo Paço Real – o Paço da Alcáçova, na zona alta da cidade – local onde 7 anos depois já se concentravam todas as faculdades.

¹ Em junho de 2019, a UNESCO aprovou o alargamento desta área para inclusão do Museu Nacional de Machado de Castro, instalado no antigo Paço Episcopal de Coimbra.

Na zona baixa da cidade, próximo do mosteiro de Santa Cruz, era aberta uma nova rua, a Rua da Sofia, onde foram construídos edifícios que albergaram vários colégios.

Coimbra e a Universidade tornam-se indissociáveis. A cidade, que fora a primeira capital de Portugal, acolheu a universidade, com ela cresceu e por ela foi moldada. A universidade, uma das mais antigas da Europa, tornou-se um centro de difusão do conhecimento, transpondo as fronteiras da cidade e marcando sucessivas gerações de estudantes que nela se formaram.



A Cidade Universitária de Coimbra

Na Alta de Coimbra coexistem hoje edifícios de várias épocas: o Paço das Escolas, a Torre da Universidade, a Biblioteca Joanina, a Capela de S. Miguel e o Colégio de S. Pedro, o Colégio de Jesus, Colégio das Artes e Colégio de S. Jerónimo, os edifícios da reforma pombalina e os edifícios da cidade universitária do Estado Novo.

A mais recente intervenção urbanística na Alta decorreu entre 1943 e 1975. As demolições de edifícios antigos (alguns de valor histórico) e as expropriações abriram caminho à construção de uma Cidade Universitária monumental, projetada para glorificar o regime – Estado Novo - criando uma nova imagem da universidade e da cidade.

O projeto de construir uma cidade universitária em Coimbra remonta aos anos 30 do séc. XX quando os edifícios da universidade eram já insuficientes para acolher o crescente número de cursos e de estudantes e o espaço na Alta era escasso.

Em dezembro de 1934, o Governo reconhecia o problema e a necessidade de intervir no espaço – sempre na Alta, o núcleo tradicional da Universidade - que viria a constituir a cidade universitária de Coimbra.

António de Oliveira Salazar presidia ao governo e era ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco.

E é através do seu ministério que o governo nomeia os arquitetos Raul Lino e Luís Benavente para estudarem um projeto de urbanização em torno do núcleo das instalações da Universidade, abrangendo a área necessária à sua expansão e ao seu perfeito isolamento de edificações privadas (portaria de 4 de dezembro).

É-lhes solicitado que apresentem, no prazo de três meses, um anteprojeto que, depois de ajustado ao programa das instalações universitárias e parauniversitárias aprovado pelo governo, seria transformado em projeto definitivo.

Foi também criada uma comissão (portaria de 11 de dezembro) composta por professores da Universidade de Coimbra encarregada de redigir, no prazo de três meses, o programa que serviria de base à elaboração do plano geral das instalações da Cidade Universitária de Coimbra. Compunham a comissão, Luís Wittnich Carrisso (professor da Faculdade de Ciências, presidia à comissão), Mário de Figueiredo (professor da Faculdade de Direito), Eugénio de Castro e Almeida (professor da Faculdade de Letras) e António Luís de Morais Sarmiento (professor da Faculdade de Medicina).

Esta comissão viria a ser remodelada em 1939 (portaria do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, de 28 de agosto) passando a ser constituída por António Luís de Morais Sarmiento (reitor da universidade e professor da Faculdade de Medicina, preside à comissão da qual já fazia parte), José Alberto dos Reis (professor da Faculdade de Direito), Anselmo Ferraz de Carvalho (professor da Faculdade de Ciências) e Aristides de Amorim Girão (professor da Faculdade de Letras).

Mas a intervenção tardava.

Finalmente, em 1941, a ideia de construção da Cidade Universitária de Coimbra ganha novo impulso com a criação da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (decreto-lei 31576, de 15 de outubro).

Tal como em 1934, o governo reconhecia a inadequação das instalações da universidade às “exigências do ensino e da vida académica de tão importante centro de cultura.” Mas agora há um novo enquadramento para a solução do problema: a “renovação dos altos meios nacionais de cultura” a que o governo se impusera e a vontade de dar execução à lei 1985 de 17 de dezembro de 1940.

A lei 1985, integrada no Orçamento do Estado para 1941, previa no art.º 7.º que “o Governo iniciará em 1941 a execução do plano geral da rede escolar, que será denominado «dos Centenários»” fixando o número, localização e tipo de escolas a construir para o ensino primário, com as respetivas verbas a serem inscritas no orçamento. E, acrescentava-se, “Poderá também ser inscrita verba para os trabalhos preparatórios de execução do plano universitário de Coimbra.”

E assim foi feito: no Orçamento de 1941 do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, no capítulo 18º (Cidade Universitária de Coimbra) foi inscrita a verba de 1:000.000\$ para pagamento das despesas do pessoal e material, incluindo a compra ou expropriação de prédios e estudos, no âmbito dos trabalhos preparatórios de execução do plano universitário de Coimbra.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
CIDADE UNIVERSITÁRIA DE COIMBRA
COMISSÃO ADMINISTRATIVA DAS OBRAS

A Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), criada na dependência do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, concentrava as funções de administração, direção e fiscalização das obras e instalações da Cidade Universitária de Coimbra cujo plano geral era aprovado pelo governo. Os planos definitivos das obras a realizar teriam como base os estudos feitos pela comissão criada em 1934 e remodelada em 1939.

A Comissão era presidida pelo reitor da Universidade e dela faziam também parte um engenheiro civil “de reconhecida competência em trabalhos de construção civil” (e que era o diretor-delegado, órgão executivo da Comissão), um arquiteto e um licenciado em ciências económicas e financeiras que era o secretário-contabilista. A Comissão era ainda assistida por um arquiteto especializado em obras de monumentos.

No mesmo decreto (art.º 12.º) estava expresso que a comissão administrativa prestaria diretamente contas da sua gerência ao Tribunal de Contas.

A Comissão manteve-se em atividade até 1969. Em agosto desse ano (decreto-lei 49169) é criada no Ministério das Obras Públicas, a Direcção-Geral das Construções Escolares para a qual transitaram as funções dos cinco organismos que até então tinham a seu cargo os estudos, projetos, construção, ampliação e conservação dos edifícios escolares. Um destes organismos, agora extintos, era a CAPOCUC.

A conta da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra

Gerência de 1945 julgada pelo Tribunal de Contas

A tramitação do processo de julgamento de contas

Tomando como guia o processo de julgamento da conta da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, gerência de 1945, existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, ficamos a conhecer a forma de prestação de contas e a sua tramitação para efeitos de julgamento pelo Tribunal.

A conta de gerência da CAPOCUC relativa à gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1945 foi remetida, em 29 de maio de 1946, ao Tribunal de Contas pela Comissão que tinha como responsáveis Maximino José de Moraes Correia (Reitor da Universidade de Coimbra, que presidia à Comissão), Manuel Duarte Morreira de Sá e Mello (engenheiro e diretor-delegado da Comissão) e os vogais José Ângelo Cottinelli Telmo (arquiteto) e Abailardo Augusto da Costa (licenciado em Ciências Económicas e Financeiras).

A conta era acompanhada de 7 pastas com a documentação de suporte à prestação, das quais 5 continham 23 maços de documentos de despesa e respetivas relações.

Naquela época, as contas eram apresentadas ao Tribunal de Contas de acordo com as «Instruções para a organização e documentação das contas», aprovadas pelo Tribunal em 12 de fevereiro de 1936.



Capa do processo de julgamento da conta da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, gerência de 1945. (Processo da conta da Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra. Gerência de 1945. AHTC. Processo de Contas 1112.1945)



Retrato oficial do Reitor Maximino Correia existente na Galeria dos Reitores da Universidade de Coimbra. Autor Henrique Medina, 1957. Foto Paulo Amaral. © UC.

A conta de gerência da CAPOCUC passou por várias fases que culminaram com a entrada do processo de conta julgada em arquivo:

1ª Fase – Receção e encaminhamento da conta de gerência
Já na Direção-Geral do Tribunal foi registada com o n.º 1112 e encaminhada para a 2ª Repartição. Com o registo da entrada da conta tinha início o processo de contas.

2ª Fase – Organização do processo

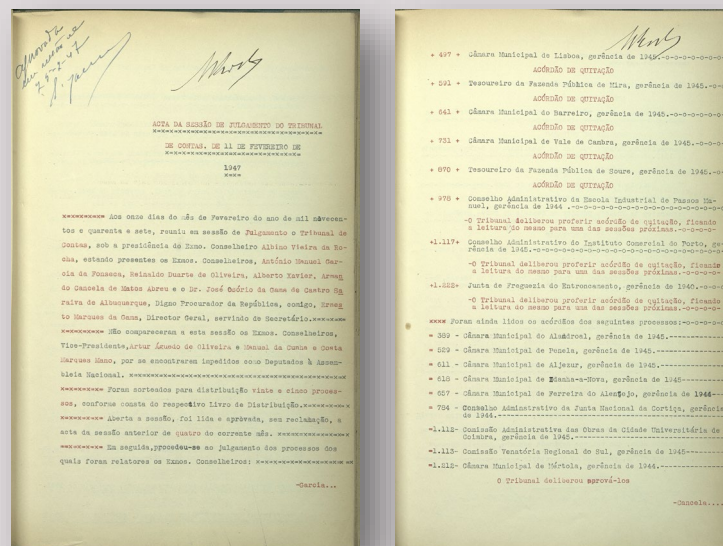
A organização do processo era feita pelo contador que, depois de examinar e estudar os documentos, liquidava a conta e elaborava um relatório escrito da verificação e crítica da legalidade e da exatidão contabilística da execução orçamental, subindo então o processo (11 de janeiro de 1947) a julgamento precedido de distribuição em sessão (21 de janeiro de 1947). Habitualmente os apensos com a documentação justificativa das contas, por serem muito volumosos, ficavam à disposição dos juizes na sessão.

3ª Fase – Julgamento do processo

O processo foi distribuído, tendo como relator o Conselheiro Alberto Xavier.
A instrução complementar do processo era da iniciativa e responsabilidade do juiz relator seguindo-se a decisão final, sob a forma de acórdão.
Com decisão tomada por três votos (Relator Alberto Xavier, Armando Cancela de Abreu e António Manuel Garcia da Fonseca), em 28 de janeiro de 1947 o Tribunal de Contas, reunido em sessão de julgamento, deliberou proferir acórdão de quitação no processo de julgamento

das contas da responsabilidade da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra relativas à gerência do ano de 1945. Porém, a leitura do acórdão foi adiada para uma sessão próxima, tendo ocorrido na sessão de 11 de fevereiro, na qual foi aprovado.

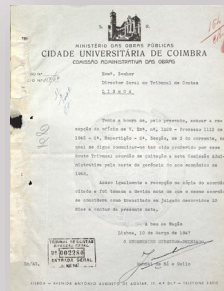
Em ambas as sessões estiveram presentes os Conselheiros Albino Vieira da Rocha, que presidiu, António Manuel Garcia da Fonseca, Reinaldo Duarte de Oliveira, Alberto Xavier e Armando Cancela de Matos Abreu, com a presença do Procurador da República José Osório da Gama de Castro Saraiva de Albuquerque e de Ernesto Marques da Gama, Diretor-Geral, que secretariou.



Extratos da ata da sessão de julgamento do Tribunal de Contas de 11 de fevereiro de 1947. (Livro de atas das sessões do Tribunal de Contas - 1.º semestre de 1947. AHTC. Tesouro Público, 1148)

4ª Fase – Notificação do acórdão

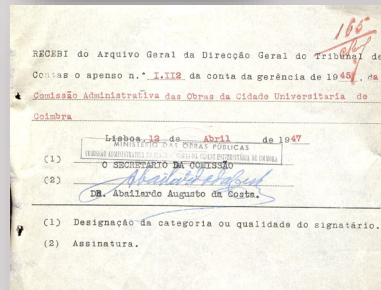
Seguia-se a sua notificação à entidade (3 de março de 1947). O responsável ou os responsáveis podiam ser considerados credores, devedores ou quites, havendo garantia de recurso por parte dos responsáveis da entidade que prestava a conta e, ainda, do Ministério Público.



Ofício da CAPOCUC para o Tribunal de Contas (10/03/1947) a acusar a receção da notificação e de cópia do acórdão

5ª Fase – Devolução dos apensos da conta

Os documentos de despesa eram retirados pelos serviços ou respetivas Direções-Gerais (no caso dos que tivessem sede fora de Lisboa), nos 60 dias seguintes àquele em que passar em julgado o acórdão final (12 de abril de 1947).



Termo de recebimento da documentação apensa à conta, levantada pela CAPOCUC no Tribunal de Contas. O Arquivo Histórico do Tribunal de Contas conserva o processo de julgamento da conta, composto por 165 fs

6ª Fase – Remessa do processo para arquivo

Findo em 15 de abril, o processo foi remetido para o arquivo no mesmo dia.

O acórdão do Tribunal de Contas

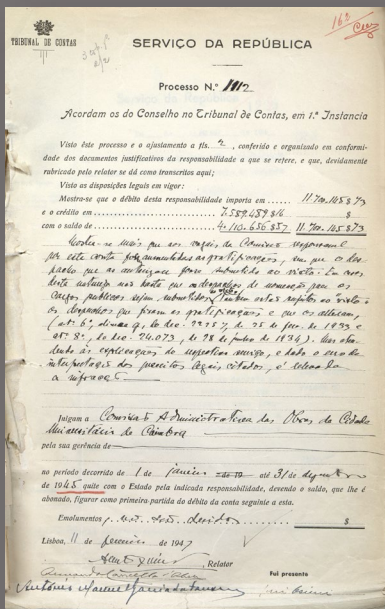
Acórdão de 11 de fevereiro de 1947

“Acordam os do Conselho no Tribunal de Contas, em 1ª instância...”

Mostra-se que o débito da responsabilidade por esta conta importava em 11.700.145\$73 (crédito em 7.589.489\$16, com o saldo de 4.110.656\$57).

E “mostra-se mais que aos vogais da Comissão responsável por esta conta foram aumentadas as gratificações, sem que o despacho que as autorizou fosse submetido ao visto [do Tribunal de Contas]. Em casos desta natureza não basta que os despachos de nomeação para os cargos públicos sejam submetidos ao visto. Também estão sujeitos ao “visto” os despachos que fixam as gratificações e que as alteram (art.º 6.º, alínea g, do decreto 22257, de 25 de fevereiro de 1933 e art.º 8.º do decreto 24073, de 28 de junho de 1934). Mas atendendo às explicações do respetivo serviço, e dado o erro de interpretação dos preceitos legais citados, é relevada a infração.”

Pelo que “Julgam a Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra no período decorrido de 1 de janeiro até 31 de dezembro de 1945 quite com o Estado pela indicada responsabilidade, devendo o saldo, que lhe é abonado, figurar como primeira partida do débito da conta seguinte a esta.”



A relação dos contratos com o visto do Tribunal de Contas e dos pagamentos efetuados por conta dos mesmos

Um dos documentos apresentados com a conta relativa a 1945 é a «Relação dos contratos com o visto do Tribunal de Contas e dos pagamentos efetuados por conta dos mesmos».

Dela constam 17 contratos, dos quais 4 tiveram visto do Tribunal em 1944, com pagamentos efetuados nesse ano e em 1945, e os restantes visados em 1945. O valor total das importâncias autorizadas é de 6.186.270\$00, sendo que no final de 1945 se encontravam efetuados pagamentos no valor 5.206.746\$00, com 11 destes contratos com os pagamentos completos.

Mas uma leitura rápida do objeto dos 17 contratos celebrados entre a CAPOCUC e diversas entidades e visados pelo Tribunal de Contas, dá-nos ideia dos vários cenários da intervenção urbanística que tinha tido início em 1943: Jardim Botânico, Biblioteca Central, Arquivo Geral, Pátio das Escolas, Escadaria Monumental, Instituto de Coimbra e Faculdade de Letras. Com construções de raiz ou renovações de espaços já existentes, a nova Cidade alterou profundamente a Alta de Coimbra destinando-a em exclusivo à Universidade.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
Comissão Administrativa do Plano de obras da Universidade de Coimbra
GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO DE 1945 A 31 DE DEZEMBRO DE 1945
RELAÇÃO DOS CONTRATOS COM O VISTO DO TRIBUNAL DE CONTAS E DOS PAGAMENTOS EFETUADOS POR CONTA DOS MESMOS
: - 1 - 1 - 1 - :

ENTIDADES CONTRATANTES	OBJETO DO CONTRATO	Visto do Tribunal de Contas		IMPORTÂNCIAS AUTORIZADAS	REGRAS ORÇAMENTAL DO CONVENIO	Números Naço Doct ^a	I M P O R T A N C I A S			TOTAL DESPESAS	
		1944	1945				1944	1945	Parcial por anos		
César do Couto Leite	Obras a realizar para o Instituto Botânico no Edifício de S. Bento	3430	29/ 2/44	1096.900\$00	Cep,2 Art : N ^o 2	11 1390	-	536.685\$00	110.670\$85	536.685\$00	647.355\$ 95
António Duarte	Grupos escultóricos para a Biblioteca Central.....	9913	26/ 5/44	170.000\$00	Cep,2 Art 3 N ^o 2	11 1399	-	56.680\$00	56.680\$00	56.680\$00	170.000\$00
Francisco Franco de Sousa	Estátuas de D. João III	19232	11/10/44	120.000\$00	Cep,2 Art 3 N ^o 2	-	-	36.000\$00	36.000\$00	36.000\$00	72.000\$00
Manuel de Jesus Cardoso	Escadaria de acesso à Praça de D. Dinis.	29924	23/12/44	1124.200\$00	Cep,2 Art 3 N ^o 2	-	560.000\$00	-	560.000\$00	560.000\$00	-
Silva Soares & Leite	Instalações eléctricas no Arquivo Geral	2930	10/ 2/45	100.500\$00	Cep,2 Art 3 N ^o 2	1091.	-	-	32.000\$30	32.000\$30	100.500\$00
Simões Pereira & Ca. Lda.	Empreitada de instalação do Instituto de Coimbra.	3469	20/ 2/45	733.700\$00	Cep, 2 Art.3 N.2	1411. 1393.	-	-	50.344\$55	50.344\$55	730.174\$25
Oscário Luiz Soeiro	Empreitada complementar do Arquivo Geral	3960	27/ 2/45	278.000\$00	Cep,2 Art.3 N. 2	707. 902. 1327. 1396	-	-	98.094\$35	98.094\$35	278.000\$00
P. Moreira Enes	Pavimentos e revestimentos no Arquivo Geral.....	7096	13/ 4/45	262.500\$00	Cep,2 Art.3 N ^o 2	1405	-	-	262.500\$00	262.500\$00	262.500\$00
António Maia	Arranjo das fachadas nascente e norte do Paço das Escolas...	10257	29/ 5/45	419.000\$00	Cep,2 Art.3 N ^o 2	1406	-	-	419.000\$00	419.000\$00	419.000\$00
Uberto de Sousa Trêgo.	Construção da estufa fria no Jardim Botânico.	10669	30/ 6/45	124.700\$00	Cep,2 Art.3 N.2	1402	-	-	124.700\$00	124.700\$00	124.700\$00
Uberto de Sousa Trêgo.	Empreitada das obras a lavar a efeito no Jardim e Mata do Instituto Botânico de Coimbra.....	12663	27/ 6/45	349.500\$00	Cep, 1 Art.3 N ^o 2	1412	-	-	349.498\$98	349.498\$98	349.498\$98
António Barbosa	Instalação eléctrica de alimentação e de telefones do Instituto de Coimbra.	12654	27/8/45	49.000\$00	Cep,2 Art.3. N. 2	1352. 1408.	-	-	9.913\$15	9.913\$15	49.948\$25
Manuel Gonçalves Berreto	Carpintarias para o Instituto de Coimbra.....	12652	13/9/45	67.870\$00	Cep,2 Art.3 N.2	1391.	-	-	67.870\$00	67.870\$00	67.870\$00
Carlos Filipe dos Santos	Estantes metálicas para o Arquivo Geral.	16417	27/8/45	671.500\$00	Cep,2 Art.3 N.2	1404	-	-	671.500\$00	671.500\$00	671.500\$00
Construções e Reparações Eléctricas	Monta cargas para o Arquivo Geral	13468	29/9/45	81.500\$00	Cep,2 Art.3 N ^o 2	1401	-	-	81.500\$00	81.500\$00	81.500\$00
Salvador d'Espa Barata Felo	Execução de modelos de 4 estâncias eléctricas a origin no novo edifício da Faculdade de Letras.	24972	11/12/45	200000\$00	Cep,2 Art.3 N. 2	1137 A	-	-	80.000\$00	80.000\$00	80.000\$00
António Maia	Execução de fundações para a Faculdade de Letras.	29825	19/12/45	339.400\$00	Cep,2 Art.3 N.2	-	-	-	-	-	-

Lisboa-Beim, em 27 de Maio de 1946
O SECRETÁRIO DA COMISSÃO,
Dr. Abílio de Augusto da Costa.



No espaço do Pátio das Escolas, um contrato visado pelo Tribunal de Contas em 29 de maio de 1945, tinha como objeto o arranjo das fachadas nascente e norte do Paço das Escolas. A obra foi contratada com António Maia, sendo a importância autorizada 419.000\$00, paga na totalidade em 1945.

Foi também nesta época que o Pátio das Escolas passou a integrar um monumento que homenageia o monarca que decidiu o estabelecimento definitivo da universidade em Coimbra em 1537 – a estátua de D. João III.

O seu autor foi o escultor Francisco Franco com o qual foi celebrado o respetivo contrato visado em 11 de outubro de 1944. Com uma importância autorizada no valor de 120.000\$00, foram efetuados pagamentos parciais (36.000\$00 em 1945, o mesmo que no ano anterior).

A estátua foi inaugurada em 1948.

O Arquivo Geral foi a primeira construção de raiz da Cidade Universitária, com obras iniciadas em 1943 e concluídas em 1947. Certamente por isso, os 5 contratos relacionados com esta obra, dizem já respeito a fases adiantadas da construção.

Estátua de Dom João III, do escultor Francisco Franco, no Pátio das Escolas.
Autor e data desconhecidos.
© BGUC

- **Instalações elétricas**

contratadas com Silva Soares & Leite
visado em 10 de fevereiro de 1945
importância autorizada de 100.000\$00
totalmente pagos no mesmo ano

- **Empreitada complementar do Arquivo Geral**

contratada com Osório Luís Soeiro
visado em 27 de fevereiro de 1945
importância autorizada de 278.000\$00
dos quais foram pagos, em 1945, 245.569\$90

- **Pavimentos e revestimentos**

contratados com F. Moreira Enes
visado em 13 de abril de 1945
importância autorizada de 262.500\$00
totalmente pagos no mesmo ano

- **Estantes metálicas para o Arquivo Geral**

visado em 27 de agosto de 1945
contratadas com Carlos Filipe dos Santos
importância autorizada de 671.500\$00
totalmente pagos no mesmo ano

- **Monta-cargas**

contratado com Construções e Reparações Elétricas
visados em 29 de setembro e
19 de novembro de 1945
importância autorizada de 81.500\$00
totalmente pagos no mesmo ano



Fachada principal do edifício do Arquivo da Universidade. Autor e data desconhecidos. © BGUC.
O Arquivo da Universidade de Coimbra, cuja primeira referência consta de um documento de 1525, é um dos maiores e mais importantes arquivos portugueses. Além da documentação relacionada com a Universidade, tem também a função de Arquivo Distrital de Coimbra.

**A inauguração oficial do edifício
do Arquivo Geral da Universidade
de Coimbra teve lugar em 18 de
outubro de 1948**

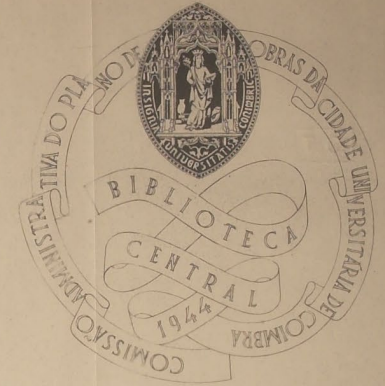
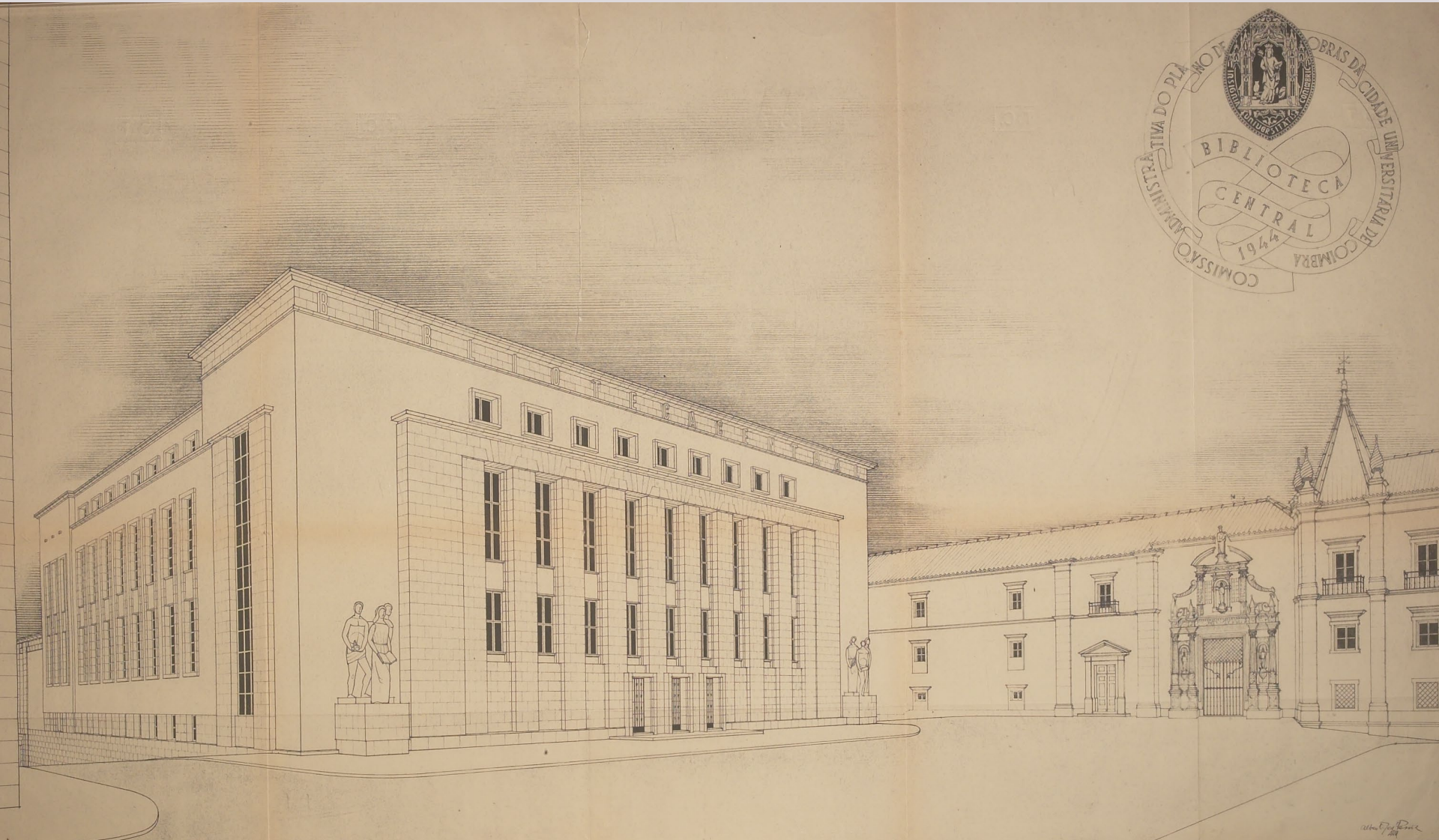
Fachada lateral dos edifícios do Arquivo da Universidade e da Biblioteca Geral.
Fotografia anónima, 19 jul. 1963. ©BGUC.



O edifício da Biblioteca Central (contíguo ao do Arquivo Geral, formando com aquele um quarteirão) resulta da adaptação da antiga Faculdade de Letras.

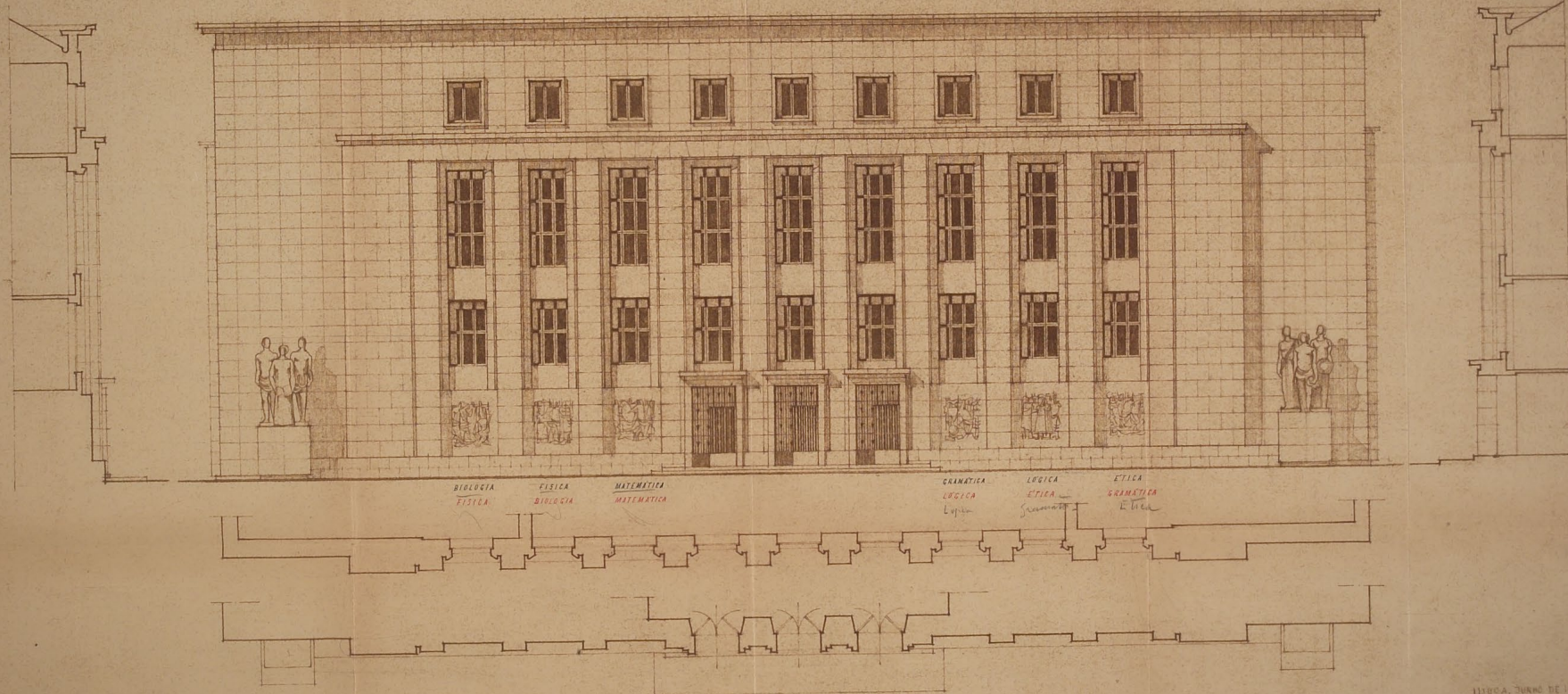
De dimensão superior à do edifício do Arquivo, as obras de

adaptação (com projeto do arquiteto Alberto José Pessoa), demoraram mais tempo, tendo o edifício novo da Biblioteca (hoje designada Biblioteca Geral) sido oficialmente inaugurado somente em 29 de maio de 1956,



Panorâmica da nova Biblioteca projetada junto ao antigo Paço das Escolas, des. Alberto José Pessoa, 1944, fundo CAPOCUC, Pasta 147. © AUC. No lado direito é visível a Porta Férrea que dá acesso ao Pátio das Escolas.

C.U.C. ~ BIBLIOTECA CENTRAL ~ PROJECTO DA NOVA FACHADA PRINCIPAL



Projeto da nova fachada principal da Biblioteca Geral, des. Alberto José Pessoa, 1949, fundo CAPOCUC, Pasta 316. © AUC

**Com mais de 500 anos,
é considerada a maior
biblioteca universitária
do mundo lusófono**



Edifício da Biblioteca Geral. Foto de Varela Pécurto, 1988. © BGUC.

Desconhece-se o início da Biblioteca da Universidade de Coimbra, porém, data de 1513 o primeiro documento que refere uma Casa da Livraria da Universidade.

Na «Relação...» de 1945 contam apenas os pagamentos relativos ao contrato visado pelo Tribunal em 26 de maio de 1944 que tinha por objeto os grupos escultóricos para a Biblioteca Central, da autoria do escultor António Duarte. A importância autorizada era de 170.000\$00, tendo sido efetuados dois pagamentos em 1944 e 1945 no mesmo valor – 56.660\$00.

Os dois grupos escultóricos, representando as artes liberais, foram colocados nos cunhais da fachada principal em 1951.

Em 1945 teve início a construção do edifício da Faculdade de Letras, no espaço fronteiro ao da nova Biblioteca Central que, por sua vez, iria resultar de obras de remodelação já em curso no edifício da antiga Faculdade.

Com projeto do arquiteto Alberto José Pessoa, sob orientação do arquiteto Cottinelli Telmo, o contrato para execução das respetivas fundações foi visado em 18 de dezembro de 1945. A empreitada foi contratada com António Maia, com a importância autorizada de 338.400\$00.

No mesmo ano, em 11 de dezembro, o Tribunal de Contas também visara o contrato entre a CAPOCUC e o escultor Salvador d'Eça Barata Feio para a execução de modelos das 4 estátuas alegóricas a erigir no novo edifício da Faculdade de Letras. 200.000\$00 foi o valor da importância autorizada, tendo ainda sido efetuado um pagamento naquele ano no valor de 60.000\$00.

Estas quatro estátuas são as que se encontram na fachada do edifício e que representam a Eloquência, a Filosofia, a História e a Poesia. O edifício da nova Faculdade de Letras foi inaugurado em 22 de novembro de 1951, com a presença do Presidente da República, Craveiro Lopes.



Um dos grupos escultóricos para a fachada da Biblioteca Geral ainda no atelier do escultor António Duarte, autor não-creditado, 1948(?)

Também outras estruturas já existentes foram objeto de obras de melhoramento aquando da construção da cidade universitária.

No Colégio de S. Bento, fundado em 1555 e cuja cerca fora já em grande parte cedida para a instalação do Jardim Botânico criado em 1772 pela reforma pombalina da Universidade, as obras para o Instituto Botânico foram contratadas a César do Couto Leite, tendo o respetivo contrato sido visado em 28 de fevereiro de 1944. Com uma importância autorizada no valor de 1096.900\$00, os pagamentos efetuados em 1944 e 1945 totalizavam 647.355\$85.

Também o Jardim Botânico foi alvo de várias intervenções nesta época.

Além de obras no Jardim e na Mata, com uma importância autorizada de 348.500\$00 totalmente paga em 1945, teve também lugar a construção da Estufa Fria. A empreitada foi contratada com Umberto de Sousa Trigo, com o contrato respetivo visado em 27 de junho de 1945, e uma importância autorizada no valor de 124.700\$00.

O antigo edifício da Imprensa da Universidade foi o espaço escolhido para a instalação do Instituto de Coimbra. As obras de remodelação tiveram início em 1945, tendo sido visados nesse ano três contratos, com importâncias totais autorizadas no valor de 2283.270\$00. Os contratos respeitavam à empreitada de instalação do Instituto (celebrado com Simões Pereira e C^a Lda^a e importância autorizada de 733.700\$00), instalação elétrica de sinalização e de telefones (celebrado com António Barbosa e importância autorizada de 49.000\$00) e carpintarias (celebrado com Manuel Gonçalves Barreto e importância autorizada de 67.870\$00). As obras ficaram concluídas em 1948.

Do plano da edificação da cidade universitária constava também a construção de uma escadaria de acesso à praça D. Dinis – a Escadaria Monumental – que se tornou num dos ex-libris da Universidade de Coimbra.

A empreitada foi adjudicada a Manuel de Jesus Cardoso, com a importância autorizada de 1124.200\$00. O contrato foi visado pelo Tribunal de Contas em 23 de dezembro de 1944. O primeiro pagamento, no valor de 560.000\$00 ocorreu ainda em 1944. Em 1945 não foi efetuado qualquer pagamento.



Escadas Monumentais. Foto Paulo Amaral. © UC

125 degraus, divididos em 5 lances, unem a Praça de D. Dinis, na Alta, às proximidades da Praça da República, zona onde se encontram as instalações da Associação Académica de Coimbra, projetadas nos anos 50 pelo arquiteto Alberto José Pessoa e inauguradas em 1961.